

Outras economias e redes subalternas: em busca do circuito popular solidário

Felipe Nunes Coelho Magalhães

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da UFMG

Resumo

O retorno da conjuntura prolongada de crise e desemprego traz de volta à cena a expansão da economia popular urbana como parte de um repertório de estratégias de sobrevivência nas cidades. No entanto, esta dinâmica esbarra na fragilidade marcante de suas redes, o que torna sua inserção subsumida a dinâmicas do circuito produtivo hegemônico. Argumenta-se que a formação, o fortalecimento, a diversificação e a expansão de redes geradoras de fluxos retroalimentados é central para o setor, atuando na conformação de um circuito popular solidário, facilitado pela ampliação recente do acesso à formação e operação de redes complexas através das novas tecnologias. Problematiza-se também a reinserção da economia popular no quadro do capitalismo contemporâneo, financeirizado e conformador de práticas neoliberais populares e socialmente difusas.

Palavras-chave: economia popular solidária, redes, desenvolvimento local, outras economias, movimentos sociais

Área temática 4: Políticas públicas e planejamento regional e urbano

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (processo número 150129/2018-1).

A proeminência contemporânea da forma rede no âmbito da estruturação de dinâmicas sociais diversas vem corroborando perspectivas diversas acerca desta tendência no final do último século (Castells, 1999). No período em que estas perspectivas teóricas chegavam ao Brasil, era notável a pujança da economia popular solidária (EPS) enquanto projeto de construção de alternativas econômicas, sociais e políticas à conjuntura daquele período, marcada pela persistência prolongada de altas taxas de desemprego e salários comprimidos, relacionados a uma política econômica de ajuste estrutural, privatizações e austeridade. A EPS anunciava-se como um grande potencial no contexto brasileiro – marcado por uma força inquestionável nos domínios da economia popular, das práticas de solidariedade e reciprocidade nos espaços da pobreza (urbana e rural), dos movimentos sociais (transbordando na direção das políticas públicas por todo um ciclo político) etc. No entanto, este potencial parece não ter se desdobrado conforme muitas expectativas, o que, na perspectiva aqui proposta, ocorre em função da fragilidade das redes efetivamente constituídas pelas experiências do setor.

A presença dos movimentos de economia solidária nas primeiras edições do Fórum Social Mundial foi marcante, resultando na formação de fóruns em escalas diversas, e eventualmente culminando na formalização de um pacote de políticas públicas no âmbito da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho do governo Lula, gerando inúmeros rebatimentos pelo país em secretarias e políticas semelhantes em nível regional e local. Paradoxalmente, a alteração radical de conjuntura que atravessa aquele governo a partir de seu segundo ano traz uma progressiva alteração no quadro macroeconômico de crise prolongada (com flutuações e alterações diversas naquele longo período, mas) que perdurava desde o início da década de 1980, trazendo uma combinação de alto crescimento econômico, criação de empregos, aumento da renda e dos salários e distribuição de renda. Esta transformação conjuntural no quadro que aparentemente contribuiria para dar pujança às atividades (políticas e produtivas) da EPS pareceu enfraquecer o circuito, ao oferecer a inserção no emprego formal para uma parcela importante daqueles que o setor abarcava ou poderia incluir com seu fortalecimento progressivo.

No entanto, o fortalecimento, durante a conjuntura de expansão do emprego formal, das práticas e redes de EPS, da tradução do conhecimento em formas de ação, ocorreria como uma subcorrente que emerge no contexto atual, como uma dinâmica a ser avaliada de perto, no reposicionamento da EPS no contexto da crise atual, num formato de inserção e mobilização do trabalho que vai na contra-mão do reajuste regulatório conduzido à força no país desde 2016. Como elaborado por Diniz (2016) em perspectiva que considera toda a gama da economia popular em conjunto com a economia solidária, trata-se de um universo amplo de experiências marcadas tanto pela precariedade quanto pela pluralidade, contendo potências significativas que no entanto são sujeitas a barreiras de ordens diversas.

Podemos tomar o ano de 2014 como um ponto de inflexão definitivo de entrada na conjuntura da atual crise, em função da derrocada do mercado internacional de commodities que ocorre naquele ano, sendo este o fator que sustentava tanto a dinâmica de crescimento e distribuição em sua fase mais pujante de 2004 a 2010, quanto o período imediatamente posterior, marcado pelas tentativas de afastamento dos efeitos da crise através da ação do Estado. O efeito da crise atual sobre o desemprego e a renda é conhecido e inquestionável, sendo interessante observar o retorno da economia popular, sobretudo, como um efeito importante da volta da crise – visível nas ruas das grandes cidades brasileiras e na repressão que muitas prefeituras vêm conduzindo ao aumento dos camelôs nas ruas (que complementa em nível local a política, conduzida pelo governo federal, de reestabelecimento da oferta de mão de obra de baixo custo através do reajuste regulatório autoritário introduzido desde 2016).

Estas são dinâmicas relacionadas aos embates entre Estado, alguns setores econômicos centrados na produção do espaço urbano e economia popular. O universo da economia solidária, por sua vez, corresponde a um conjunto de atividades de lenta maturação, resultantes de processos de organização política e/ou comunitária, de baixa capacidade de resposta imediata a alterações de conjuntura. O dinamismo observado no período do início da década passada resultou de uma longa trajetória acumulada de ativismo, formação, organização e conscientização – que não ocorre de forma instantânea e imediata como a alteração abrupta da conjuntura. No entanto, relata-se um aumento recente da “procura” pelas organizações do setor, sobretudo para a entrada em feiras e espaços de comercialização. Embora escape da proposta aqui tecida, importa também reconhecer o padrão histórico desta movimentação de expansão do cooperativismo em momentos de crise (Singer, 1998), no sentido do aprendizado necessário com estas experiências, sendo os momentos de crise também dificultadores das próprias tentativas de construção autônoma, justamente por sua inserção precária e pelo caráter virtual desta autonomia buscada.

Nas particularidades da conjuntura atual, interessa considerar algumas transformações ocorridas no terreno dos movimentos sociais que podem trazer consequências positivas para o retorno da EPS: em primeiro lugar, o surgimento de novos movimentos, novos circuitos de luta e ativismo em torno de questões diversas, de forma ampla denominados como o “novo ciclos e lutas” (Arantes, 2014), no qual a questão urbana é proeminente; e de forma relacionada, uma transformação sociotécnica diretamente relacionada a esta dinâmica, parcialmente responsável pelo novo ciclo e que pode trazer efeitos bastante significativos para a EPS hoje, qual seja, a ampliação sem precedentes do acesso a tecnologias de informação e comunicações que funcionam no formato da *rede*, potencialmente capacitadoras de processos de conformação e fortalecimento de redes de agentes em atuação em setores diversos.

Esta artigo busca uma abordagem de apreciação crítica da realidade enquanto campo de possibilidades (Santos, 2000, p. 23). Propomos a potência de se pensar a EPS como *circuito* produtivo, enfatizando o caráter reticular imprescindível à sua sustentação e crescimento, através de um ganho de autonomia resultante do adensamento de suas ligações internas, ou seja, de sua esfera distributiva e circulatória.

Para tal, partimos do olhar análogo acerca do próprio circuito capitalista tradicional, com ênfase nas redes que o constituem e ocupam lugar de importância tão central quanto as relações de produção tradicionalmente enfatizadas na teorização crítica. Ou seja, trata-se de entender os circuitos econômicos como *agenciamentos* (Delanda, 2006), conjuntos dinâmicos de elementos interligados que devem ser compreendidos e abordados a partir de suas relações entre si e as transformações que atravessam o conjunto através de mudanças em sua composição e na natureza de seus componentes – o que foge de perspectivas essencialistas rígidas. Trata-se da conformação e do adensamento de novas redes, novos formatos de agenciamento em torno da produção realizada noutras bases, constitutivas de outras relações sociais, deslocando o foco da crítica e da ação para as redes em si, com o pressuposto de que não são inerentemente heterônomas como aquelas que sustentam o modo de produção hegemônico.

Hardt e Negri (2017), em seu trabalho mais recente, propõem o resgate da noção de *empreendedorismo* do domínio exclusivo do neoliberalismo, destacando a potência de sua aplicação em contextos ativistas de movimentos de luta por justiça social e econômica, nos termos de um “empreendedorismo da multidão”. Para aqueles autores (Hardt & Negri, p.139-153), há uma “contínua expropriação do poder cooperativo da multidão” (p. 139) que dá ao empreendedor capitalista o crédito por uma dinâmica coletiva que não é de sua agência. Os autores trabalham a proposta de que o empreendedor em Joseph Schumpeter não corresponde à figura contemporânea predominante do sujeito propenso ao risco, sendo mais um criador de novas combinações, cuja essência é a cooperação, sendo Schumpeter consciente do fato de que grande parte dessa cooperação é não-remunerada. Não se trata do “empreendedorismo social” filantropo das ONGs e adjacentes cujo crescimento conflui de forma perversa com o neoliberalismo (Dagnino, 2004), mas de um reconhecimento da potência da forma de atuação focada na busca por novas combinações e agenciamentos visando a conformação de novas práticas, cooperativas, ligadas à produção do *comum* (Hardt; Negri, 2009; Dardot; Laval, 2017 [2014]; Tonucci, 2017). A proposta desta intervenção vai nesta mesma direção, buscando campos ampliados de atuação em potencial no domínio direto do *econômico*, que é frequentemente recortado, no que diz respeito à ação política, ao campo (imprescindível) da legislação, dos direitos e da ação do Estado. A ampliação da atuação não envolve necessariamente um esvaziamento de um enfoque importante num determinado campo de disputa, pois cria possíveis entradas para novos agentes, fertilizando a pluralidade política tão cara aos movimentos sociais contemporâneos.

SOBRE O ÊXODO EMANCIPATÓRIO: acumulação por espoliação, o circuito hegemônico de acumulação e o circuito popular solidário

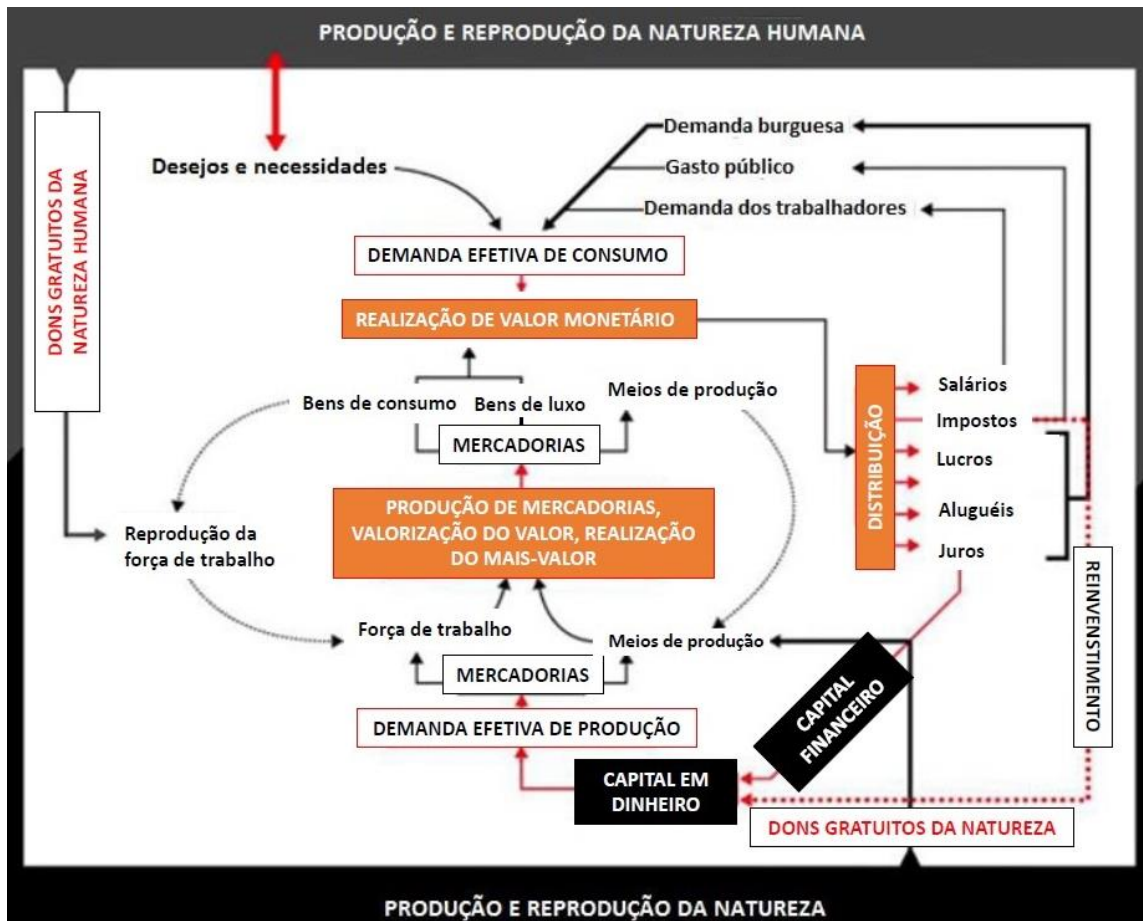
Um aspecto primordial da reprodução ampliada do capital, na perspectiva marxiana clássica, é a separação entre trabalhadores e meios de produção através do processo geo-histórico da acumulação primitiva de capital, constantemente reeditado e atualizado em condições particulares no formato da “acumulação por espoliação”

(Harvey, 2004). Trata-se de um ponto de partida imprescindível do processo de acumulação, e que permanece em cena como uma necessária atualização da garantia de condições para sua continuidade e crescimento, assentados na reprodução das relações sociais de produção.

Acumulação primitiva envolve também a geração de faltas, ausências, carências e necessidades fundamentais no outro, que posteriormente permite uma criação de vínculos que sustentam uma relação de exploração. O problema do acesso à moradia, por exemplo, torna-se uma forma de acumulação primitiva que se perpetua ao longo do tempo. As pessoas precisam morar de alguma forma, e para tal, precisam trabalhar. A questão que nos dirige nesta intervenção é: existem possibilidades de se desfazer estes processos? Elas já são buscadas cotidianamente pelas populações subalternas? Abordaremos esta questão tendo em vista a problemática da EPS, compreendida a partir dessa tentativa de se recriar vínculos desfeitos pela acumulação primitiva que estabelece as bases da formação de uma força de trabalho tornada mercadoria através da sua (reiterada) separação de relações autônomas com a produção e o comum.

Outra característica importante da reprodução capitalista é seu caráter cíclico, que envolve a constituição de um circuito com retroalimentações diversas, tal qual demonstrado por Harvey (2017), em esquema que reproduzimos abaixo.

Figura 1 – “Os caminhos do valor em movimento”



Fonte: Harvey (2017).

Esta é uma visão da produção inserida num nexo de reprodução ampliada que ajuda a demonstrar a complementaridade de cada porção do circuito para a reprodução das relações sociais de produção que sustentam a porção tradicionalmente abordada como o núcleo duro (porém determinante) de todo o sistema, qual seja, a esfera produtiva no âmbito restrito do espaço interno à fábrica. O foco tradicional da crítica sobre a produção em detrimento das trocas e do mercado (Cohen, 2017; Karatani, 2014; Berndt & Boeckler, 2009) opera num recorte do fluxograma acima que oculta não somente suas relações exógenas, mas de forma mais problemática, subestima a importância da distribuição e dos fluxos que constituem o carácter cíclico por trás da reprodução ampliada do próprio sistema. Harvey (2017) chama atenção para o fato de que esta porção da produção corresponde à teorização do Livro 1 d'O capital, mas que sua inserção maior num circuito ampliado capaz por sua própria manutenção e reprodução, são abordadas nos outros volumes da obra inacabada de Marx, mais frequentemente negligenciados. A questão da demanda efetiva engendrando potenciais crises (que tornar-se-ia a preocupação central de toda a teorização e o aparato de planeamento e gestão keynesianos), o aspecto distributivo que retorna à produção através das características dos fluxos de consumo (que seria sensivelmente alterado durante o período fordista, capaz de sustentar uma produção em massa tornada possível pelo taylorismo através do consumo de massa, por sua vez dependente do repasse de parte dos ganhos de produtividade aos salários), e a incorporação de externalidades gratuitamente providas pela natureza (recursos naturais) e pela

“natureza humana” (reprodução da força de trabalho, “desejos e necessidades”) – todos são fatores que, se perturbados, criam situações de crise e necessidades de resposta por parte do capital.

Na outra ponta, no que diz respeito à expansão, o capitalismo contemporâneo é muito mais profundamente inserido na lógica da rede como definidora das dinâmicas de acumulação. As plataformas de agenciamento de trabalho e renda da terra online (Uber e Airbnb, por exemplo) são completamente assentadas num capital reticular que só se realiza em função do funcionamento da rede em interação direta com o território e seus fatores socialmente produzidos. No entanto, este formato de desterritorialização nas redes e reterritorialização no seu agenciamento de elementos concretos do espaço urbano não é necessariamente exclusivo ao nexu capitalista, havendo aberturas semelhantes em potencial para a operação do encontro entre redes e cidades no plano da formação do circuito popular solidário.

A porção do fluxograma que nos interessa na sequência está nos fluxos circulares que envolvem a reprodução da força de trabalho: é comprada como mercadoria em conjunto com os meios de produção, entra no processo produtivo como tal, produz mercadorias diversas, dentre as quais aquelas que serão consumidas em sua própria reprodução cotidiana, que envolve um ciclo curto e imediato, do reabastecimento diário de energias e capacidades físicas e mentais, e um ciclo longo, da reposição intergeracional do trabalho, dos mais velhos pelos mais jovens, o que constitui uma incorporação de um “dom gratuito da natureza humana”, qual seja, sua capacidade reprodutora.

Em função dos salários comprimidos que retornam dramaticamente à cena na radical mudança de conjuntura iniciada em 2014, voltamos à necessidade de análise do repertório popular de estratégias e táticas cotidianas de sobrevivência e reprodução por fora do engajamento direto no trabalho interno ao ciclo, e em que medida estas práticas envolvem o potencial de construção de formas diversas de *autonomia* (embora muitas vezes contraditórias, insuficientes, gerando dinâmicas socialmente perversas, ou capturáveis pelo circuito hegemônico em outros de seus mecanismos). Muitas vezes a entrada da “economia popular”¹ na comercialização de bens de consumo produzidos no “circuito superior” (Santos, 1979) implica a reprodução ampliada da força de trabalho, eventualmente incorporada na mão de obra inserida na produção capitalista em períodos de expansão do investimento – ou seja, trata-se de uma forma de reprodução da própria oferta de mão de obra. Um outro exemplo é o antigo debate do campo da economia política urbana acerca da conveniência da autoconstrução de moradias em áreas irregulares, por parte da população de baixa renda, para o rebaixamento do custo da mão de obra (Kowarick, 1979; Oliveira, 2006). Por excluir esta despesa da cesta básica contemplada pelos salários, os mutirões de construção de barracos em favelas e a atividade de autoconstrução em geral, bastante praticada nas periferias das grandes cidades brasileiras, permitem a externalização deste custo (que

¹ Como na abordagem de Coraggio (1994), que inclui um leque mais ampliado de atividades, geralmente informais, e não necessariamente “solidárias”, ou em regime de cooperação. Em Coraggio, trata-se de uma extensão da economia doméstica, envolvendo atividades que são geradas a partir de necessidades do espaço do lar.

deveria ser incluído no cálculo do próprio salário) para os próprios trabalhadores (ou para o Estado no caso da Habitação de Interesse Social). Estas são reincorporações, por parte do processo ampliado de reprodução das relações de produção representado no fluxograma acima, de tentativas de saída e criação de alternativas por parte de toda a população que se insere nos fluxos como a força de trabalho transformada em mercadoria/capital variável capaz de adicionar valor no processo produtivo.

Nos interessa pensar em possibilidades de saídas capazes de criar alternativas de inserção em circuitos outros – ou seja, setas que partem da esfera da reprodução da força de trabalho acima e criam outros fluxogramas ampliados, que não venham a reabastecer a oferta de mão de obra reproduzida e eventualmente reinserida nos circuitos hegemônicos. Um exemplo clássico é a população camponesa não-expropriada e capaz de se reproduzir de forma autônoma, seja na prática de subsistência (que muito frequentemente envolve um elemento de desalienação através do contato direto com a natureza e de práticas de socialização e coletivização cotidianas diversas), ou nas trocas internas a um circuito interno às suas comunidades. No entanto, embora constituam experiências de extrema importância política e que devem ser protegidas e ampliadas, este é um grupo que frequentemente consegue se proteger do processo de acumulação primitiva, não sendo um movimento de desligamento e êxodo das relações de produção já constituídas. Ademais, trata-se de um domínio circunscrito à possibilidade de acesso à terra, e relativamente fechado, em termos da geração de alternativas, à população urbana que constitui hoje a ampla maioria da população destituída. O que ocorre de forma violentamente atualizada pelo reajuste regulatório imposto desde 2016 que complementa transformações estruturais na direção da chamada *uberização da força de trabalho* (Pochman, 2016; Fleming, 2017) e do *capitalismo de plataformas* que tem na metrópole um catalisador importante, pelo fato dela constituir uma enorme concentração de fatores que podem ser combinados de formas distintas de acordo com demandas que podem ser efêmeras, específicas e variadas – mas sempre através de um nexo de captura e canalização de mais-valor e renda.

A partir de Srnicek (2016), plataformas são estruturas abertas para o uso por operadores independentes, voltadas para o atendimento a terceiros, em formatos de parceria de negócios entre os dois primeiros, tendo os terceiros como consumidores, como as redes sociais eletrônicas ou os aplicativos de serviços nos moldes do Uber e Airbnb. Estas plataformas promovem o encontro entre estes elementos, e possibilita uma intensificação significativa do grau de flexibilização das relações de trabalho, produção e comercialização, sendo a obtenção e a acumulação de uma enorme quantidade de dados privados dos consumidores (inclusive em potencial) um pilar importante para estes serviços, caracterizados também por uma tendência à rápida conformação de monopólios em cada seara específica de atividade. Suas implicações para a extração de renda e mais-valor de forma flexível e difusa no tecido socioespacial são expressivas, e as dinâmicas que sua expansão e adensamento engendram entram em sintonia com o reajuste regulatório autoritário realizado no país desde 2016 (sobretudo no que diz respeito à reforma trabalhista). No entanto, numa dialética negativa que é ao mesmo tempo propositiva, há um potencial de uso desviado

e não contraditório desta mesma base tecnológica e padrão de estruturação das atividades econômicas a partir de preceitos politicamente definidos, nos termos das práticas levadas a cabo no universo da economia solidária².

É importante adicionar que a aglomeração urbana é imprescindível no ganho de escala e escopo desta economia baseada em plataformas no âmbito do circuito superior, por reunir os fatores que permitem que os agenciamentos aconteçam, e nisso ela se transforma, de plataforma de acumulação industrial a plataforma de acumulação baseada em arranjos flexíveis diversos de produção, comercialização e consumo. O que não ocorre sem a continuada acumulação primitiva que torna os fatores disponíveis ao trabalho e ao aluguel, combinada com a reiterada desigualdade herdada que cria as assimetrias que caracterizam as entradas (e saídas) por portas distintas nestes arranjos flexíveis. Em escala geo-histórica mais ampla, a própria cidade torna-se plataforma ativada temporariamente por rodadas de investimento, produção e realização de lucros – não só no formato mais explícito e gritante dos megaeventos esportivos, mas nos ciclos macroeconômicos de expansão, retração e marasmo, que geram ondas de produção do espaço que na contemporaneidade se traduzem em rodadas sucessivas de urbanização e re-urbanização.

Neste sentido, as alternativas devem buscar a criação de circuitos próprios, que sejam capazes de se reproduzir de forma ampliada assim como o fluxograma hegemônico que reproduz as relações de produção capitalistas apresentado acima, puxando vetores que saiam, na figura acima: (1) dos salários e (2) dos desejos e necessidades, e não se reinsiram no ciclo amplo através da demanda efetiva de consumo; (3) da reprodução da força de trabalho, não sendo reinserida na forma da oferta de oferta de mão de obra enquanto mercadoria; e potencialmente até – como na proposição de Coraggio (1994) – (4) do gasto público, indo na direção do *circuito popular solidário*, não contribuindo com a demanda efetiva do circuito principal, mas com o crescimento destas atividades. Caso contrário, serão vetores reinseridos, reincorporados enquanto insumos que retroalimentam os ciclos ampliados principais. Estes vetores, redirecionados ao circuito popular solidário, contribuem para seu fortalecimento e expansão, que ocorre através da crescente internalização das trocas. Ou seja, uma primeira fonte abastecedora do circuito popular solidário são as próprias retroalimentações que os trabalhadores (e muitos outros sujeitos) engendram na reprodução ampliada do capital, seja na forma do próprio trabalho ou do gasto de seus salários com os bens de consumo de que necessitam.

Mercados são formas específicas de redes, constituídos a partir de preceitos cujo conteúdo político tende a ser camuflado. A forma rede se caracteriza por um grau de abertura para montagens diversas a partir de processos regidos por outros princípios e objetivos. Pensar noutras economia envolve uma necessidade de enriquecimento dum imaginário sócio-organizacional voltado para a criação de outras construções das relações econômicas e de produção – não necessariamente desligadas dos mercados,

² Um dos desdobramentos em potencial da pesquisa que dá origem a esta intervenção é a proposta de um projeto de extensão voltado para o desenvolvimento de tecnologias da informação aplicadas à formação, o fortalecimento e à expansão de redes de empreendimentos e agentes da EPS.

mas que sejam capazes de fazê-los funcionar de outras formas. Se partirmos da hipótese de que a EPS é efetivamente capaz de *produzir de outras formas*, através de regimes cooperativistas, por exemplo, e/ou em formatos agroecológicos de produção de alimentos, temos em cena um outro ciclo ampliado de produção e reprodução (não mais assentado no *sobreviver*, mas no *viver*). A questão primordial, a partir desta perspectiva, é a necessidade deste circuito alternativo conseguir criar seu próprio nexo cíclico – de diversos ciclos interligados e retroalimentadores, como no próprio circuito hegemônico –, capaz de se reproduzir, crescer, e principalmente, de fornecer alternativas, não somente de inserção (no trabalho, na produção, na criação) mas de fruição e atendimento a necessidades e desejos, por fora da esfera do consumo retroalimentador do circuito hegemônico.

Interessa neste ponto um retorno dialético à proposta clássica de Jane Jacobs (1969) em torno da substituição de importações como uma forma de expansão virtuosa de economias urbanas através de sua capacidade de “criação de trabalho novo”, sendo a capacidade de substituir importações um bom indicador de economias urbanas dinâmicas. Jacobs tece essas proposições em seus próprios termos críticos, que envolve certo ponto cego em relação ao processo de reprodução das relações de exploração. No entanto, o princípio interessa bastante em função de seu potencial, não no sentido estritamente regional, mas em relação a circuitos produtivos, de circulação e “consumo” (um termo que ganharia outras conotações simbólicas políticas ao significar um vetor de impulso e energização de práticas direcionadas a construções autônomas).

Pensando ainda através do fluxograma acima, há uma dupla exploração do trabalho ao longo do ciclo ampliado. A primeira no tempo-espço interno à produção, como na teorização marxista clássica, em que o “tempo de trabalho necessário” (que reproduz o trabalhador) é apenas uma fração do trabalho total, composto também pelo “tempo de trabalho excedente” (que reproduz o capitalista). E a segunda no momento do consumo, que contribui para que o ciclo se complete, e que o mais-valor anteriormente gerado e contido na forma mercadoria seja finalmente realizado no mercado e transformado em excedente de fato, apropriado pelo capitalista. Pensamos assim na possibilidade dupla de saída progressiva deste ciclo retroalimentador: através da eventual abertura para que o trabalhador realize sua atividade noutra domínio, fora da produção situada no bojo do circuito hegemônico (como no exemplo acima, do camponês, que é capaz de evitar entrar no moinho da acumulação primitiva); e, um formato mais facilmente alcançável para muitos, a possibilidade de não realizar a segunda parte, ou seja, efetuar o consumo daquilo que lhe é necessário, conveniente e desejável fora do circuito hegemônico (partimos do pressuposto que este *fora* existe de fato, sendo o circuito popular solidário uma dentre muitas de suas manifestações concretas). Estas duas aberturas se retroalimentam e constituem também um ciclo em potencial, em que o consumo realizado fora do circuito hegemônico – uma espécie de vazamento de parte do dinheiro que remunera o trabalho, evitando que ele entre de volta no circuito hegemônico, pelo menos neste primeiro momento – fomenta e incentiva a expansão de atividades que, por sua vez, ampliam as aberturas para a própria realização do trabalho nos circuitos de *fora*, onde as pessoas podem vir a se

inserir enquanto criadoras e colaboradoras de formas de produção alheias ao domínio do capital.

Pensemos num exemplo concreto: a produção de alimentos (a necessidade vital em absoluto para a vida cotidiana) realizada em formatos cooperativistas, sustentáveis e autônomos, seja na produção do agricultor camponês cujo excedente é direcionado a mercados urbanos, ou na própria agricultura urbana, praticada não somente nas costas, nos interstícios e beiradas das metrópoles mas crescentemente em seu bojo (Almeida, 2016). Trata-se de um primeiro bloco de direcionamento em potencial de partes dos recursos financeiros obtidos no circuito hegemônico. Se surgem outros blocos, com outras produções populares/solidárias, o circuito situado do lado de *fora* incrementa suas próprias possibilidades de retroalimentação, através de relações de trocas entre seus blocos internos. Na medida em que estes blocos aumentam em escala e escopo (variedade), cresce também a possibilidade de inserção de novos *produtores* no circuito, e seu potencial de criação de novas atividades.

Um segundo exemplo prático são as cooperativas de compras existentes em diversos lugares do mundo como organizações de consumidores que se reúnem para eliminar os lucros dos grandes supermercados/atravesadores do setor comercial, através de compras diretas dos produtores – mas não necessariamente de outras cooperativas, podendo ser de grandes atacadistas, por exemplo. Caso essas compras sejam redirecionadas para o próprio circuito solidário, ele ganha densidade e diversidade, portanto sustentabilidade em termos econômicos.

É interessante pensar nas implicações deste movimento diante das origens históricas da emissão de moeda (e do conseqüente adensamento dos mercados) esclarecidas recentemente pelas pesquisas de David Graeber (2016 [2011]) como uma tecnologia governamental surgida na Era Axial (200-800 a.C.). Os metais cunhados pela autoridade estatal eram direcionados ao pagamento de mercenários, que tinham a garantia de valor de troca definida através da cobrança de tributos pela mesma autoridade de um conjunto de súditos cuja única forma de obtenção dos metais era através da oferta de bens e serviços aos soldados pagos. Este princípio se aplica a um leque ampliado de formas de interação Estado-sociedade, relacionadas em graus variados à capacidade de concentração e redistribuição detido pelo aparelho estatal³. O reformismo tradicional da distribuição de renda através do setor público também opera neste princípio da concentração e redistribuição que constitui o *modus operandi* da autoridade estatal, não somente moderna. Mesmo quando funcionando na promoção de algum grau de justiça social através da real distribuição, este mecanismo oculta e

³ O modo de intercâmbio B em Karatani (2014), de comando e proteção/centralização e redistribuição, que surge através do fortalecimento da autoridade estatal no mundo antigo. Numa lógica que segue uma sequência histórica ao mesmo tempo em que permite a coexistência entre os modos de intercâmbio (que para Karatani tem uma potência crítica significativa diante do tradicional foco teórico-metodológico na produção desde Marx), este modo B sobrepõe e prevalece em muitos contextos geo-históricos sobre o modo A, que corresponde ao sistema de trocas baseado na prática da reciprocidade e da dádiva em povos semi-nômades (indígenas e populações tradicionais diversas no mundo contemporâneo), e antecede a proeminência, na era mercantil, do modo C, que existia de forma marginal nos sistemas anteriores e é baseado na troca de mercadorias, que por sua vez permitiria um salto substancial na própria esfera da produção. O modo D para Karatani aponta para um porvir situado no anúncio da possibilidade contemporânea do retorno dialético a novas formas de reciprocidade.

legítima a existência de aspectos destrutivos e antidemocráticos do funcionamento dos próprios elementos geradores de arrecadação, como relações de exploração, destruição da natureza, formação de monopólios, distorções da esfera pública (na lógica da geração de distorções do aparato regulatório em relação a padrões e demandas democráticas em função de necessidades de ampliação e melhoria das condições de reprodução de capitais em setores diversos) etc. No entanto, é possível resignificar o mesmo nexos, operando esta parte do fluxograma acima – das setas que partem do Estado em direções diversas, utilizando-as para o fomento a circuitos produtivos acessíveis, de código aberto e democraticamente construídos através de processos coletivos/comunitários.

E por que estes circuitos paralelos e autônomos nunca se constituíram de forma ampla e substancial o suficiente para prover alternativas de inserção para aqueles que optam por sair ou deixar de entrar nas redes da economia tradicional, seja em suas searas privadas ou públicas? Muitos argumentariam que o grande empecilho para este direcionamento inicial da demanda daqueles que auferem salários no circuito hegemônico para o circuito popular solidário é o fator preço, devido às economias de escala e, no exemplo da produção alimentícia, a práticas de rebaixamento de custos através da alta tecnologia ou do uso de agrotóxicos (dentre outros) na produção da rede hegemônica.

Outra barreira, colocada em argumentos mais sofisticados em relação à importância fundamental da *produção do espaço* para a reprodução ampliada do capital, seria o acesso à moradia, atuando no nexos da acumulação primitiva como exposto acima, ao engendrar a necessidade inescapável de pagamento de aluguéis ou hipotecas – sendo a auto-construção, na favela, nas ocupações urbanas, uma tentativa de atender a esta necessidade de forma direta. Prática que é vista pela abordagem crítica tradicional como uma forma de barateamento da reprodução da força de trabalho ao retirar este custo da cesta de consumo que os salários devem cobrir.

Estes são apenas exemplos específicos de um amplo leque de barreiras que impedem efetivamente que este processo de fortalecimento de circuitos produtivos outros aconteça, como ocorreu de fato nas diversas tentativas de construções semelhantes na história do capitalismo. Podemos citar exemplos de outros elementos que engendram barreiras desta natureza à alteridade produtiva como (uma dentre muitas) forma(s) de *luta por* justiça econômica, como: o monopólio estatal da emissão de moeda, que limita à quantidade de moeda em circulação e impede sua criação como meio de troca nas redes alternativas; o fato da produção de máquinas e ferramentas ser praticamente exclusivo ao circuito hegemônico, que impede a retroalimentação cíclica dos recursos direcionados a estes fatores no circuito popular solidário; o fortalecimento progressivo do aparato ideológico tanto de Estado quanto de mercado (no âmbito do marketing em seus diversos tentáculos), que exercem grande poder de atração e sucção de energias e recursos para o circuito hegemônico de produção e circulação; dentre inúmeros outros.

A constituição de redes fortes, capazes ao mesmo tempo de gerar ciclos internos, retroalimentadores, e de se expandir através da incorporação de novos

agentes e setores, é fator imprescindível para atividades que tendem a se inserir no mercado de forma heterônoma e precária, onde tendem a ser excluídas pela natureza do próprio mercado (ou onde restringirão seu acesso ao âmbito do chamado comércio justo, de alto custo e de difícil direcionamento para grupos de renda mais baixa). Esta constituição depende de uma atuação coletiva proativa, sendo notável que estes esforços ainda demonstram um nível de precariedade marcante, e é justamente neste ponto em que há uma série de aberturas no contexto contemporâneo – em que o acesso à formação autônoma de redes se democratiza e se amplia. É importante apontar para o fato de que as hegemônias se constroem e se reproduzem através da conformação de redes de agentes complementares e sintonizados, que constituem barreiras à entrada, criam códigos próprios e outros modos de exclusão que torna o acesso uma espécie de *capital reticular*⁴ inerentemente excludente e imprescindível para a reprodução ampliada do capital. As relações sociais (e territoriais) envolvendo elementos que só participam de forma subsumida/heterônoma destas redes passam pelo enfraquecimento da capacidade de criar e sustentar suas redes próprias. É este mesmo princípio do capital reticular, porém extirpado do caráter excludente e fechado na sua manifestação hegemônica, que constitui um ponto de fragilidade notável das experiências de EPS, e cuja constituição poderia vir a ser foco deliberado das ações de seus movimentos.

Ou seja, as barreiras para a constituição, a expansão, o fortalecimento e a reprodução do circuito alternativo são fortes e numerosas. O movimento que busca supera-las, escapar de suas capturas, esquivar-las ou desmancha-las, é, necessariamente, um movimento político. Seja através da episteme e da narrativa políticas do êxodo emancipatório (Hardt & Negri, 2009), do conflito, da transformação social através do planejamento e/ou das instituições em processo de “aprendizado social” (Friedmann, 1987), a construção de alternativas ao circuito hegemônico que dá forma e conteúdo à reprodução ampliada do cotidiano, da vida e da natureza de uma enorme (e crescente) parcela do mundo contemporâneo é um *movimento social*. Envolve outra racionalidade econômica (derivada de um pensamento em ação e em prática de cunho político), logo outra economia política, baseada noutros valores, noutra produção simbólica⁵.

Mercados são construtos socioespaciais não espontâneos mas proativamente criados, mantidos e performados, através de instituições e arranjos diversos entre agentes públicos e privados (Cohen, 2017; Berndt & Boeckler, 2009). Esta perspectiva não trabalha necessariamente uma perspectiva crítica negativa em torno da forma mercado em si, enfatizando a necessidade da pesquisa atuar no campo destas dinâmicas concretas que constituem mercados diversos de forma a revelar a natureza e

⁴ Análogo às noções sociológicas de *campo de poder*, *capital cultural* e *poder simbólico* em Pierre Bourdieu (1989, 2007), que abordam dinâmicas de formação e reprodução de grupos sociais agenciadores de formatos de exercício de poder em situações sociais diversas, através de uma lógica de *distinção* excludente daqueles que não são incluídos nos grupos.

⁵ É importante destacar que o formato de constituição de redes emancipatórias no plano do trabalho que conseguiu se fortalecer historicamente, que é justamente a mobilização dos trabalhadores no domínio da atuação sindical, vem sendo atacada frontalmente em frentes diversas, e não propomos nesta intervenção um modo de ação e mobilização que substitua ou pressuponha uma diminuição da importância daquelas formas de organização, mas simplesmente o fortalecimento de vias alternativas e complementares

os efeitos destas ações, que inúmeras vezes constituem politicamente processos perversos, que não são inerentes à forma mercado. Nesta constelação de ações que garantem a criação, o funcionamento e a expansão dos mercados na sociedade, alguns processos garantem a predominância de determinado formato de mercado em que formações próximas ou parecidas àquilo que nos interessa como o circuito popular solidário são coibidas e bloqueadas – seja de forma proativa ou indireta, por não serem compatíveis com as institucionalidades geradoras dos mercados tradicionais. Este entendimento da engenharia social e política que conforma mercados pode nos direcionar a abordagens normativas em busca da criação política de outros formatos de mercado, operando sobre preceitos distintos.

ECONOMIAS POPULARES HOJE: novas formas de exploração, novas possibilidades políticas

Veronica Gago (2014, 2018) propõe uma leitura ampliada do fortalecimento expressivo das economias populares na Argentina pós-crise de 2001 – marcada pela grande variedade de formas de organização popular, de baixo para cima, diante da gravidade dos efeitos da crise, que vão desde fábricas falidas recuperadas por trabalhadores até cozinhas comunitárias organizadas por coletivos autonomistas – baseada na feira La Salada na periferia de Buenos Aires, em suas relações com as confecções onde trabalham grandes quantidades de imigrantes bolivianos em condição de grande precariedade. Para Gago, essas práticas de economia popular entram em relações multifacetadas e não-lineares com o neoliberalismo, não constituindo um elemento completamente estranho diante do conjunto de construções mais explicitamente autonomistas citados acima, e ao mesmo tempo significando uma forma de *neoliberalismo desde baixo* que não é exatamente engendrado por uma biopolítica ou uma governamentalidade (Foucault, 2008), mas por longas trajetórias de pragmática popular que atravessam o período neoliberal mas não se circunscrevem a ele.

Nestas economias populares, que registram e expandem a condição proletária para muito além do trabalho assalariado, uma clara dimensão política está em jogo: a produção de figuras, trajetórias e iniciativas que escapam da oposição binária forçada entre vítimas (fracassadas ou bem sucedidas) ou empreendedores neoliberais (fracassados ou bem sucedidos). Um novo terreno e novas figuras subjetivas de luta emergem destes desdobramentos.

Neste sentido, economias populares – como economias barrocas, variegadas - permitem uma releitura do momento contemporâneo na América Latina em termos da continuidade de uma certa democratização no campo de produção, e não apenas em termos de seqüências em que sujeitos organizados aparecem, em público, na forma do protesto em massa. Minha hipótese aqui é que, nos espaços concretos, onde o desejo de progresso popular entra em conflito com a tentativa do capital de capturar novos espaços de valorização, territórios "promíscuos" emergem. Estes

territórios são habilitados pelas economias populares e são entrecruzados por práticas e sujeitos capazes de transbordar a lógica neoliberal e contestar a interpretação dominante da crise em curso (GAGO, 2018, p. 32-33)

Nesta mesma intervenção, a autora propõe seis teses a respeito das economias populares no contexto contemporâneo a partir da experiência argentina, expondo a complexidade e o caráter multifacetado de suas dinâmicas recentes. Sintetizamos e comentamos estas teses a seguir. Economias populares (Gago, 2018, p. 33-36):

1) “têm uma genealogia política”: é importante reconhecer as ligações históricas das economias populares com os movimentos sociais, para evitar que a desconexão despolitize o terreno das primeiras e faça com que elas passem a constituir plataformas para processos regressivos;

2) “são estruturadas pelo agonismo”: a partir do primeiro item, evidencia-se a ligação com o conflito em termos agonísticos, seja através de ocupações de terras realizadas por movimentos sociais em periferias metropolitanas, que criam seu próprio nexo de economia popular, ou nas relações conflitivas com o Estado, na repressão da informalidade, ou nas formas com que ele passa a conduzir conciliações entre a mobilização social e o neo-extrativismo característico do neoliberalismo latinoamericano, as economias populares são sempre atravessadas por relações conflitivas;

3) “revelam a relação dívida-consumo como uma nova forma de exploração”: há uma relação clara entre o consumo popular potencializado pelas formas diversas de acesso ao crédito estendido a estes grupos (do micro-crédito institucionalizado ao agiotismo) e as economias populares, sendo que aqui a forma de exploração central deixa de ser o trabalho assalariado e passa ao campo do endividamento, da relação devedor-credor⁶. Gago & Mezzadra (2017) propõem a noção de *extrativismo expandido* para abordar as relações entre as finanças e as economias populares como uma extensão do nexo extrativista-rentista mais comumente encontrado nos setores primário-exportadores e na exploração da renda da terra em frentes diversas, havendo uma ampla extração de valor e renda também no domínio do trabalho/consumo informal/popular;

4) “são um campo de disputa para as finanças (e a teologia)”: a partir da leitura de Spinoza em que a instrumentalização política da religião serve como mecanismo de controle da potência (do conhecimento e da força) popular, Gago incorpora na reflexão acerca das relações entre finanças e economia popular a dimensão religiosa e/ou da superstição que frequentemente acompanha o moralismo carregado nos vínculos de financeirização;

5) “ao invés de derivar da mera desproletarização, economias populares habilitam a multiplicação de figuras proletárias”: no debate em torno das populações

⁶ A respeito do caso brasileiro, comenta Gago, “a celebrada criação de uma nova classe média foi inicialmente aplaudida como um elemento do sucesso do Partido dos Trabalhadores, antes de passar a ser diagnosticada como um sinal da decomposição de uma parte chave de seu eleitorado” (GAGO, 2018, p. 34).

supérfluas (Achille Mbembe), das novas formas de proletarização (Étienne Balibar) e de sujeitos sem salários (Michael Denning), o aprofundamento da financeirização como extrativismo das camadas populares via consumo entra em cena como crítica aos primeiros. Embora concorde com as ideias (em Mbembe (2016), por exemplo) de que o subalterno constitui sujeitos não somente criminalizáveis, mas extermináveis, descartáveis, Gago ressalta as formas de inclusão heterônoma destes grupos via consumo e dívida, bem como outras formas de exploração e despossessão/espoliação⁷;

6) “economias populares desempenham um papel no debate sobre como caracterizar processos contemporâneos de acumulação”: uma especificidade importante do neoliberalismo latino-americano é que ele opera para além de suas codificações governamentais, diminuindo a validade de interpretações em que o capital é o único agente da esfera da produção. No entanto, reitera-se a complementaridade entre expropriação (acumulação primitiva) e exploração direta do trabalho realizado no que está aparentemente de fora. O Estado entra em cena quando as práticas dos pobres constroem formas de subsistência em torno de formas imprecisas, fluidas e híbridas de propriedade – sendo aí o terreno de enquadramento e restrição ao *comum* em potencial nestas zonas de exclusão aparente.

Para nossos propósitos nesta intervenção, importa avaliar se estas potências da economia popular urbana hoje, apesar de sua relação direta com processos perversos de exploração e subsunção através das finanças e do consumo – da mesma forma que revelam novos fluxos de valor e renda que não aparecem na perspectiva da Figura 1 centrada na economia formal –, esconderiam forças capazes de entrar nos ciclos de retroalimentação do circuito popular solidário. Coloca-se a interface (frequentemente problemática) entre economia popular e economia solidária em novos termos, a partir de novos processos que atravessam a primeira, e que trazem necessariamente novas questões para as construções políticas da segunda.

Discordamos de que haveria um risco de se editar uma nova forma de dualismo nessa leitura contemporânea – sendo as relações entre circuito inferior e superior reestruturadas, reconfiguradas, renovadas, ganhando centralidade as formas de exploração do setor financeiro e sua tendência à ubiquidade e à difusão socioespacial. Na interpretação clássica de Chico de Oliveira (1977), a economia popular é expressão direta do padrão de acumulação acoplado à particularidade da formação social brasileira, constituindo antes de tudo, exército de reserva e expressão dum processo reiterado de acumulação primitiva, além de um canal de vendas da produção do circuito capitalista formal. Ali, a economia popular deriva, numa perspectiva transescalar crítica, da dependência, do desenvolvimento desigual em escala internacional, de forma combinada a uma formação social periférica particular. Nesta visão, corre-se o risco de uma naturalização ingênua da economia popular em leituras que deixam perspectivas contextuais ampliadas de fora.

⁷ O próprio massacre de jovens negros pelas forças policiais num contexto como o da periferia da metrópole brasileira, por exemplo, que incorpora uma *necropolítica* como em Mbembe de forma direta, também perpassa uma série de relações de exploração inseridas na operação de circuitos de ilegalidade altamente lucrativos e que envolve uma complementaridade nada linear entre exploração e necropolítica.

Há também no domínio da economia popular financeirizada uma forma adicional de vazamento de recursos dos setores populares e/ou do circuito popular solidário para o circuito capitalista (da Figura 1, acima) através do setor financeiro, que pode ser reincorporado através de formas solidárias e cooperativas de finanças – atividade marcada por uma grande ambivalência em função da entrada de capitais (ou seja, com fins lucrativos) de risco no chamado microcrédito em diversos lugares desde a década passada (Roy, 2010). Esta penetração do capital financeiro tradicional nas atividades dos bancos cooperados vem gerando dinâmicas desastrosas em contextos diversos, sobretudo no sudeste asiático e no contexto indiano – onde a onda recente de suicídios no meio rural se relaciona diretamente a processos ligados à financeirização: a entrada do investimento especulativo em mercados de terras, os processos de formação de ativos financeiros através da própria *urbanização especulativa*, e justamente o acúmulo de grandes dívidas adquiridas por pequenos fazendeiros via canais de microcrédito abastecidos por capitais de risco (e desligados de sistemas de proteção e políticas públicas de apoio ao devedor, que geralmente acompanham o crédito rural). Neste sentido, é importante também, do ponto de vista da construção do circuito popular solidário, que seu braço financeiro seja plenamente inserido em suas práticas, evitando a entrada de práticas predatórias típicas da alta finança contemporânea.

Pensar nas tendências do capitalismo contemporâneo em aprofundar o nexos rentista de extração de valor através do setor financeiro – e de sua habilidade de criar, ampliar e estender o alcance de seus inúmeros tentáculos que atuam no espaço e na sociedade como mecanismos de absorção e canalização de renda – é fundamental em relação a elaborações e construções emancipatórias no sentido de que há uma tendência à complexificação e ampliação das formas de heteronomia e exploração para além do nexos capital-trabalho, na direção da relação credor-devedor, por exemplo. Neste sentido, é importante que o projeto político de criação de outras economias tenha a capacidade de compreender a dinâmica de mutação do próprio terreno de conformação de heteronomias, para que se tenha sensibilidade e agilidade diante dessas novas conformações (que se traduzirão em situações concretas perceptíveis aos agentes através de suas próprias práticas). Assim, diante do capitalismo contemporâneo, é fundamental pensar nas relações com o setor financeiro, e para além, em formas de se criar outros canais não somente no que diz respeito à produção e ao mercado mas também neste domínio – evitando também as armadilhas do microcrédito já suficientemente esclarecidas.

As práticas de moedas sociais (Resgala, 2017) são fundamentais nesta porção do circuito popular solidário em construção, sendo que suas relações com o Estado demandam um esforço analítico e político mais aprofundado. O próprio histórico dessas experiências – como no caso do proeminente Banco Palmas, de Fortaleza – revela a natureza do desencontro com o setor público, que atua na garantia do respeito a uma pedra fundamental do Estado moderno, que é justamente o monopólio da emissão de moeda, levando-o na direção da repressão a experiências de moedas locais. A solução política encontrada diante da repressão foi a garantia de paridade e convertibilidade instantânea por parte da comunidade, entre a moeda local e a moeda

oficial emitida pelo governo central. No entanto, a necessidade de manter a paridade limita de forma significativa o alcance da experiência da moeda social, pois exige que a organização tenha em caixa um montante equivalente de moeda oficial ao total emitido em circulação, sendo a falta de recursos monetários em circulação no setor um dos principais bloqueios a sua expansão. Este é um conflito que se insere no problema da institucionalização do comum, do direito à construção do comum autogerido reconhecido formalmente pela esfera jurídica da soberania em cujo território as experiências se inserem. Sem esta movimentação na direção da transformação do próprio aparato institucional o comum tende a ser facilmente abafado através do próprio Estado, caso sua expansão venha a entrar em conflito com os objetivos daqueles que são “sobre-representados” em seus mecanismos jurídico-institucionais (justamente o caso clássico da acumulação primitiva via cercamentos de terras em função da necessidade dupla de criação de um mercado de terras e de trabalho).

Um aspecto importante da economia popular na perspectiva colocada acima é a questão da subalternidade, e sua ligação com novas formas de exploração, que nos remete à discussão acerca da *colonialidade do poder*, e da identidade entre modernidade e colonialidade (Mignolo, 2000; Quijano, 1991). O caráter da exclusão subsumida no contexto latinoamericano deve ser compreendido, nesta chave de interpretação, em ligação com a persistência do legado colonial em formas presentes de exercício de poder e conformação das instituições e da esfera pública que produz proativamente o espaço social da exclusão – que se torna um espaço de extração, de recursos, de mão de obra barata, e mais recentemente de lucros de atividades ilícitas diversas. O desafio para a conformação de circuitos alternativos e com potencial de construção autônoma, a partir deste olhar, encontra-se nas formas de sabotagem e repressão que partem dos enclaves concentradores do poder na direção de manter formas de controle distanciado e repressivo nestes espaços sociais de exclusão. Noutros termos: o que demonstra potencial autônomo tenderá a ser reprimido, portanto precisará do engajamento na luta política (pelo *direito ao comum*) para se defender.

Ao combinarmos eixos diversos de análise crítica vamos na direção de um espaço de intersecção e encontro onde situa-se grande parte da potência política dos movimentos contemporâneos, numa prática com claras relações com a construção dos movimentos de economia solidária, embora elas ainda não tenham sido explicitadas com tal clareza. Num primeiro destes eixos, economias populares, ao constituírem extensões diretas da família, do lar, da economia doméstica, traçam relações diretas com a esfera da reprodução, abordada na geografia econômica feminista como tradicionalmente relegada à invisibilidade, ao não-reconhecimento, e à não-remuneração. Gibson-Graham (2006), por exemplo, abordam todo o universo que vão do trabalho doméstico, cuidado com os mais velhos, criação dos filhos, às práticas comunitárias de reciprocidade e solidariedade e moedas comunitárias e cooperativas de consumo como a parte submersa de um grande iceberg, cuja visibilidade acima do nível do mar são os mercados capitalistas e o trabalho assalariado. Para aquelas autoras, o pensamento em torno da economia e das relações de produção que não leve em consideração este enorme universo submerso e invisibilizado, mesmo que crítico, é inerentemente masculinista.

Outro eixo trata do chamado “capitalismo racial” (Pulido, 2016), em que as relações sociais de produção e extração de valor são vistas através da perspectiva racial – que não se esgota nas categorias da produção ou do capital, mas que é imprescindível nelas. Sendo a centralidade do valor na produção capitalista relacionada a formas de valor diferencial, que “se refere à produção de diferenças reconhecidas que resultam em tipos distintos de valor (...) [e] assim como o espaço desigual é essencial no desenrolar do capitalismo, a diferença humana é essencial na produção de valor diferencial” (Pulido, 2016, p. 4). Esta diferenciação é interligada ao caráter relacional intrínseco à produção de valor, sendo os “sistemas de trabalho racializados” fundamentais nas trajetórias históricas de conformação das ligações entre racismo e produção capitalista, onde corpos racialmente desvalorizados funcionam da mesma forma que os “lugares onde a poluição pode ser depositada”, requisitados pela acumulação industrial (Pulido, 2016, p. 5-6).

Aproveitando o gancho da metáfora do local de despejo, um eixo adicional fundamental para uma orientação normativa de uma forma de produção construída a partir de uma prática política é a justiça ambiental, para além de uma perspectiva de simples sustentabilidade. A agroecologia, por exemplo, busca a constituição de uma prática de produção constituída no terreno da ecologia política, operando no encontro entre a simbiose da produção com as formas de metabolismo próprias da natureza e o plano da justiça econômica, da democratização do acesso à produção e aos produtos – como em muitas das práticas do campo da agricultura urbana contemporânea.

É no ponto de encontro entre estes diversos eixos que a economia solidária e o circuito popular solidário podem vir a constituir um modo de *economia interseccional* – no sentido de uma construção política sempre em processo, sempre aberta e incompleta, marcada não somente por um pluralismo agonístico e construtivo entre pautas distintas, mas pelas inúmeras possibilidades existentes no ponto de encontro dos terrenos compartilhados entre elas. Ou seja, trata-se de uma entrada possível no âmbito da produção por parte de pautas e lutas que tipicamente a enxergam de forma antagônica, não-intencionalmente fazendo coincidir o âmbito da produção e do próprio mercado com suas vertentes hegemônicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar na economia popular solidária como constitutiva do *comum* envolve compreendê-la como um domínio aberto à entrada e ao engajamento autônomo (no avesso da heteronomia praticada pelas relações de produção no circuito tradicional) de novos trabalhadores, criadores, produtores através de uma lógica econômica politicamente construída.

Em 2019, após o avanço reacionário por sobre o caminho aberto no início da década nas inúmeras formas de encontro entre política e as novas formas de operação e organização sociotécnica em redes, esta aproximação torna-se vulnerável a questionamentos pertinentes acerca da separação não necessária entre rede e

hierarquia. É bastante visível que interesses escusos anteriormente atendidos pela mídia tradicional passam, a partir de dado momento que pode ser identificado no contexto brasileiro como as jornadas de junho de 2013 ou sua ressaca imediata, a direcionar esforços para ocupar direta e indiretamente, através de canais diversos, o espaço digital. Abriu-se um campo de disputa polarizado onde as redes e agenciamentos conformados anteriormente e em grande medida atuantes em torno de pautas progressistas passam a ser confrontados por uma enorme onda de ativistas conservadores remunerados, robôs de redes sociais programados para a inflamação retórica agressiva, e um conjunto significativo de seguidores não inseridos nas ligações diretas com os agentes econômicos e políticos diretamente interessados no contra-ataque. Ademais, é claro que as trocas monetárias, de mercado, também ocorrem através das redes, sendo sintomático desse encontro da internet com o capital o crescimento exponencial do valor de mercado das companhias de tecnologia em setores os mais diversos.

No entanto, o crescimento exponencial das trocas fora do mercado ocorre de forma silenciosa e subjacente através do espaço digital, e tanto seus efeitos quanto seus potenciais têm sido subestimados. Parte desta potência reside justamente no enorme adensamento e ampliação da própria capacidade de formar e operar redes estendidas no território, anteriormente restrita ao Estado e a grandes agentes do próprio mercado, hoje acessíveis através das tecnologias a uma ampla camada da população, mesmo em contextos de renda média (e baixa em regiões de maior facilidade de acesso à tecnologia). Ou seja, estas *novas tecnologias de informação e comunicação* (NTICs) constituem espaços inerentemente plurais e abertos para novas ramificações em direções diversas, sendo que a presença crescente de campos hegemônicos, através das grandes empresas e destas formas escusas de tentativa de se influenciar o direcionamento de produções simbólicas diversas não necessariamente impede o funcionamento e a expansão de porções independentes das próprias redes e/ou da criação de outras redes. São estes os espaços em potencial para a expansão e o fortalecimento do circuito popular solidário através de encontros mais profícuos com as NTIC. Parte do desafio consiste na inserção heterônoma dos subalternos em redes operadas por outros, e por isso em certa dificuldade de operação e constituição de suas próprias redes (exacerbada também pelo esgarçamento do tecido social-comunitário ligado à violência e à própria crise social em perspectiva histórica prolongada). No entanto, as condições atuais ampliadas para esta entrada não devem ser subestimadas.

De forma análoga e em escala muito mais ampliada, concordamos com a visão de Mason (2017) de que novos sistemas econômicos podem surgir e proliferar antes que o grande paradigma vigente entre em colapso, e que esta proliferação de alternativas constitui um fator decisivo na própria transição. É importante considerar aqui como as diversas camadas de defesa que determinada hegemonia sustenta para si (como em Gramsci) incrementa seu nível de sofisticação e capacidade de contenção, disciplinamento, repressão, controle, manipulação, distorção e esvaziamento dos eventuais vetores capazes de fazer surgir estas rotas de fuga em potencial. Ter em vista esta atuação para abastecer politicamente a construção autônoma, que será inerentemente agonística e pautada por sua capacidade de se posicionar diante destas

forças contrárias, não pode ocorrer sem um envolvimento direto no âmbito de uma institucionalidade estatal que garanta o direito à construção autônoma e à conformação coletiva do comum. O recrudescimento recente da conjuntura aponta para a importância fundamental das construções por fora do Estado (Hardt & Negri, 2009; Tonucci, 2017), mas tende a comprovar a inevitabilidade da disputa por dentro das instituições para que elas possam ter o simples direito de existir (Mouffe, 2013).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniela. *Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em Geografia), IGC-UFMG, Belo Horizonte, 2016.

ARANTES, Pedro. A anti-reforma urbana brasileira e um novo ciclo de lutas nas cidades. In: SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda (Org.). *Jornadas de Junho: a revolta popular em debate*. Rio de Janeiro: Instituto Caio Prado Jr., 2014.

BERNDT, C.; BOECKLER, M. Geographies of circulation and exchange: Constructions of markets. *Progress in Human Geography*, 33(4): 535–551, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, Edusp, 2007.

COHEN, Dan. Between perfection and damnation: the emerging geography of markets. *Progress in Human Geography* <https://doi.org/10.1177/0309132517729769>, 2017.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORAGGIO, José L. A Construção de uma economia popular como horizonte para cidades sem rumo. In: RIBEIRO, L.C.Q.; SANTOS JR., O. (Orgs.) *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, 3(5), outubro, 2004.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017 [2014].

DeLANDA, Manuel. *A new philosophy of society: assemblage theory and social complexity*. Nova York: Continuum, 2006.

DINIZ, Sibelle. *Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo*. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas), Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, 2016.

FLEMING, Peter. The human capital hoax: work, debt and insecurity in the era of uberization. *Organization Studies*, 38 (5), 2017.

FRIEDMANN, John. *Planning in the Public Domain: from knowledge to action*. Princeton University Press, 1987.

GAGO, Verónica. *La Razón Neoliberal: economías barrocas y pragmática popular*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.

_____. What are popular economies? Some reflections from Argentina. *Radical Philosophy*, 2.02, 2018.

GAGO, V.; MEZZADRA, S. A critique of the extractive operations of capital: toward an expanded concept of extractivism. *Rethinking Marxism*, 29 (4), 574-591, 2017.

GIBSON-GRAHAM, J.K. *Postcapitalist economies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

GRAEBER, David. *Dívida: os primeiros 5.000 anos*. São Paulo: Três Estrelas, 2016 [2011].

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Commonwealth*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

_____. *Assembly*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: edições Loyola, 2004.

_____. *Visualizing Capital*. Universidade de Oxford: School of Geography and the Environment. Palestra proferida em 26 de janeiro de 2017. Disponível em < <http://davidharvey.org/2017/02/video-visualizing-capital-professor-david-harvey-oxford-january-2017/> > (consulta em outubro/2018).

JACOBS, Jane. *The economy of cities*. Middlesex: Penguin Books, 1969.

KARATANI, K. *The structure of world history: from modes of production to modes of exchange*. Durham: Duke University Press, 2014.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MAGALHÃES, F.N.C. Produção do espaço na cidade do neoliberalismo e novas aberturas no espaço digital. In: COSTA, G.M. et al (orgs.) *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte, C/Arte, 2015.

MASON, Paul. *Pós-Capitalismo: um guia para o nosso futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017 (ebook).

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios* (Revista do PPGAV-EBA-UFRJ), 32, 2016.

MIGNOLO, Walter. *Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MOUFFE, Chantal. *Agonistics: thinking the world politically*. Londres: Verso, 2013.

OLIVEIRA, F. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos Estudos Cebrap* 74, p. 67-85, março 2006.

POCHMAN, Márcio. Terceirização, competitividade e uberização do trabalho no Brasil. In: TEIXEIRA, Marilane et al (orgs). *Precarização e terceirização: faces da mesma realidade*. São Paulo: Sindicato dos Químicos, 2016.

PULIDO, Laura. Geographies of race and ethnicity II: Environmental racism, racial capitalism and state-sanctioned violence. *Progress in Human Geography*, 41 (4), 524-533, 2016.

QUIJANO, Aníbal. (1991). Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, 13 (29), 11-20.

RESGALA, Gustavo. A moeda social e o fortalecimento do espaço diferencial nas periferias. *Anais do XVII Enanpur*, São Paulo, 2017.

ROY, Ananya. *Poverty Capital: microfinance and the making of development*. Londres: Routledge, 2010.

SANTOS, Boaventura. *Crítica à razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SRNICEK, Nick. *Platform Capitalism*. Cambridge: Polity, 2016.

TONUCCI, João. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.